



# Relatório de Atividades



2012



## **PODER JUDICIÁRIO**

**Tribunal de Justiça do Estado do Pará**

### **Presidente**

Des<sup>ora</sup> Raimunda do Carmo Gomes Noronha

### **Vice-Presidente**

Des<sup>ora</sup> Eliana Rita Daher Abufaiad

### **Corregedora da Região Metropolitana de Belém**

Des<sup>ora</sup> Dahil Paraense de Souza

### **Corregedora das Comarcas do Interior**

Des<sup>ora</sup> Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos

### **Coordenador dos Juizados Especiais**

Des<sup>or</sup> Constantino Augusto Guerreiro



## **Conselho Superior da Escola**

Des<sup>ora</sup> Raimunda do Carmo Gomes Noronha

Des<sup>or</sup> Rômulo José Ferreira Nunes

Des<sup>or</sup> Milton Augusto de Brito Nobre

Des<sup>or</sup> Leonardo de Noronha Tavares

Des<sup>or</sup> José Maria Teixeira do Rosário

## **Escola Superior da Magistratura-PA**

### **Presidência**

Des<sup>ora</sup> Raimunda do Carmo Gomes Noronha

### **Diretoria-Geral**

Des<sup>or</sup> Rômulo José Ferreira Nunes

### **Diretoria-Geral Adjunta**

Des<sup>or</sup> Milton Augusto de Brito Nobre

### **Secretaria-Geral**

Heloisa da Silva Mota Pereira

**Departamento Acadêmico** - Mauro Souza

**Departamento de Ensino e Pesquisa** - Raimundo Wilson Gama Raiol

**Departamento Administrativo/Financeiro** - Rosinéli Guerreiro Salame

## **Produção**

Divisão de Editoração

Editora responsável - Laís Zumero

Ruthe Parente

Projeto Gráfico e Concepção: Laís Zumero

Fotos: Ricardo Lima - Assessoria de Imprensa do TJPA

Editoração Eletrônica/Colaboração: Ezequiel Noronha Jr.

# Sumário

1	Apresentação	4
2	Introdução	8
3	Histórico	11
4	Missão	14
5	Estrutura Organizacional	16
5.1	Departamento Administrativo-Financeiro	18
5.2	Departamento Acadêmico	20
5.3	Departamento de Ensino e Pesquisa	30
6	Atividades Pedagógicas	32
7	Eventos Institucionais	40
8	Divulgação	60
9	Convênio	62
10	Representação	63
11	Avaliação de Impacto	65
12	Recursos Humanos	71

# 1 Apresentação

O ano de 2012 foi especialmente importante para a Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará, em primeiro lugar pelos 30 anos de bons serviços na área de ensino do Direito, preenchendo lacuna há muito demandada na formação, capacitação e aprimoramento de servidores e magistrados.

A programação anual da Escola, além de ter sido realizada em consonância com o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, segue as orientações do Conselho Nacional de Justiça-CNJ e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados-ENFAM que estabelecem normas e prioridades dentro do contexto nacional.

Destaco nesta gestão o esforço permanente do TJPA e da Escola na busca de integração com diversos segmentos institucionais, acreditando que o enfrentamento de questões que exigem a implementação de políticas públicas será minimizado através de parcerias e convergência de esforços.

Nesta direção, cito como exemplar “O Pacto pela Justiça”, celebrado entre os poderes constituídos, que já teve seu desdobramento em diversas realizações importantes com a participação efetiva da Escola, como no Encontro de Integração - Conjugação de Esforços no Enfretamento a Violência contra as Mulheres; e no III Simpósio Internacional de Justiça Restaurativa e outros.

É fato a ser considerado a realização dos cursos de especialização ora em andamento, também fruto da cooperação institucional pública e privada, sempre voltada às questões peculiares do Estado e da Região que necessita, de aprofundamento de conhecimentos teórico/prático especializado: - Curso de Especialização em Direito Agroambiental e Minerário,

com a participação da Associação dos Magistrados do Pará e da Companhia Vale do Rio Doce; Curso de Especialização em Direito Processual Civil Individual e Coletivo, em convênio com o Centro Universitário do Pará- CESUPA; Curso de Especialização em Direito da Criança e do Adolescente, este inédito no Pará, produto de um esforço concentrado do TJPA, Escola, Coordenadoria da Infância e Juventude-CEIJ, do Ministério Público do Estado, da Defensoria Pública do Estado e da Universidade Federal do Pará, através do Instituto de Ciências Jurídicas.

Registro a importância da parceria realizada entre o Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA e a Escola na realização do projeto de construção do “Guia da Saúde” a ser editado em decorrência da necessidade apontada pelos estudos locais sobre a Judicialização da Saúde.

A integração entre as Escolas Estaduais da Magistratura coordenada pela ENFAM foi significativa para a ESMMPA na realização de cursos presenciais e principalmente em EaD para magistrados e servidores, com destaque para o Curso de Capacitação em Justiça Restaurativa e Supervisão de Procedimentos Restaurativos com o total apoio da Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul-AJURIS.

Para o melhor desempenho da Escola, foi fundamental a participação em reuniões, cursos e seminários nacionais que permitiram a troca de experiência e novos conhecimentos aos gestores participantes.

Em relação a eventos locais, destaco os dois Encontros Jurídicos, cujas principais temáticas foram “O Magistrado e sua Práxis na Atualidade” e “Reflexão sobre o Direito: das Origens ao Século XXI”. Ambos reuniram em uma plateia de aproximadamente 500 pessoas, autoridades nacionais e internacionais do mundo jurídico, como o Professor Doutor Ives Gandra da Silva Martins Filho, Ministro do TST,

Doutor Carlos Fernando Mathias de Souza, Ex-Ministro do STJ e os Ilustres Professores Portugueses, Doutor Eduardo Augusto A. Vera Cruz Pinto, Diretor e Professor Catedrático de Direito Romano e Filosofia da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Doutor Dário Manuel Lentz de Moura Vicente, Professor Catedrático de Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Ressalto por oportuno, a ênfase dada pela Escola à tecnologia da informática que, em parceria com a Secretária de Informática do TJ, capacitou servidores para implantação do processo administrativo digital, SISTEMA SIGA DOC, bem como vem aproximando da Escola, magistrados e servidores através de uma rede de comunicação interativa on-line.

Importante neste sentido tem sido o empenho no uso do Ensino a Distância-EaD, como processo de inclusão, tentando vencer as barreiras impostas pelas distâncias das Comarcas do Interior do Estado, o qual possui uma extensão quase continental em que se vive a concomitância dos tempos - do esplendor da tecnologia do Século XXI, ao isolamento, às vezes tão próximo do século passado.

Em decorrência da realização do concurso público para o cargo de Juiz de Direito Substituto do Estado do Pará, a Escola elaborou o Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial dos Magistrados, na condição de empossados, que está em processo de credenciamento na ENFAM, para ter início em fevereiro de 2013.

A Revista *A Leitura*, com edição especial comemorativa aos 30 anos da Escola, agradece a imprescindível participação dos membros de seu Conselho Editorial e de seu corpo de autores que não medem esforços no sentido de se integrarem à Escola visando a aprimorar seu periódico e procurando, perante a CAPES/Qualis, melhor qualificação no “ranking” nacional.

A Gestão que ora se finda cumpre sua missão por meio de sua Escola que, por seus méritos, trouxe à nossa capital a XXX Reunião do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura/ COPEDEM, como parte da comemoração de seus 30 anos.

Da abertura do evento no plenário Desembargador Pojucan Tavares do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, participaram a Presidente do TJPA, Desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha, acompanhada de vários outros Desembargadores, a Diretora Geral da ENFAM, Ministra Eliana Calmon Alves, Presidente do COPEDEM, Desembargador Antônio Rulli Júnior que junto com este Diretor, recepcionaram várias autoridades, entre eles, o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Desembargador Henrique Nelson Calandra.

Na ocasião foram outorgadas medalhas de Mérito dos 30 anos da ESM/PA a autoridades, professores e servidores que contribuíram para o engrandecimento da Escola.

Finalizo esta apresentação enfatizando que após 33 anos de efetivo serviço prestado à magistratura, depois de ter exercido vários cargos de direção, ao dirigir a Escola, experimentei, como muitos que por aqui passaram, o compromisso de contribuir dentro dos limites institucionais para otimizar a gestão da ESM/TJPA para o melhoramento das atividades acadêmicas, com o propósito de aprimorar o conhecimento dos integrantes da magistratura paraense, garantir a legitimidade e o reconhecimento da Escola no cumprimento de sua missão.



Desembargador RÔMULO NUNES  
Diretor-Geral da ESM

## 2 Introdução

É de competência da Secretária Geral da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará, acatando a norma regimental vigente, coordenar e elaborar em conjunto com os departamentos Administrativo Financeiro, de Ensino e Pesquisa e Acadêmico, o Relatório de Atividades desenvolvidas no encerramento de cada ano. Por esse motivo e entendendo que se trata de um compromisso ético, tornar público o desempenho institucional da Escola, é que esse relatório de gestão do exercício de 2012 condensa informações resultantes de um trabalho de equipe, que teve sua sustentação no apoio e estímulo da Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha, do Diretor Geral da ESM, Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes e do Diretor Geral Adjunto Milton Augusto de Brito Nobre.

Importante destacar o espírito colaborativo dos diversos seguimentos que compõem a estrutura organizacional do TJE que, quando suscitados a dar apoio às ações da Escola, sempre foram presentes e comprometidos.

Não poderia deixar de frisar a dedicação e o empenho dos Diretores e de suas respectivas equipes que, no decorrer de 2012 em que a Escola festejou seus 30 anos de fundação, muito se empenharam para a consecução das múltiplas realizações que implicaram o desdobramento de suas atividades, exigindo mais do que o cumprimento de obrigações, e sim o desejo de pleno êxito.

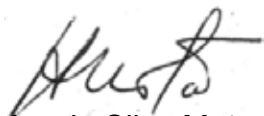
Destaca-se por merecimento o papel fundamental dos magistrados, docentes, profissionais de diversas áreas de conhecimento que emprestaram à Escola todo um saber capaz de oferecer formação e aperfeiçoamento a magistrados e servidores na perspectiva da missão institucional. Não menos importante também cabe o reconhecimento das parcerias institucionais materializadas através de convênios, contratos, acordos para a realização de cursos, notoriamente os de especialização.



Na busca incessante do aprimoramento do judiciário, para a prestação de um serviço público eficiente e de qualidade, destaca-se a liderança do Conselho Nacional de Justiça- CNJ, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM e do Colégio Permanente de Diretores das Escolas de Magistraturas – COPEDEM, que consolidam, com as Escolas Estaduais, instrumentos legais e pedagógicos que implementam diretrizes nacionais que garantem a autonomia dos Tribunais Estaduais e de suas Escolas, sem perder a unidade na diversidade.

O conteúdo deste relatório construído de forma sintética e didática expõe através de textos o desenvolvimento do trabalho de cada Diretoria que compõem a Escola, seguido de quadros representativos de metas alcançadas.

Por fim, consciente do dever cumprido e com base no Planejamento Estratégico do TJE e da Escola, aponta-se na continuidade de um trabalho que promova mais e melhor a capacitação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores para garantia dos princípios democráticos no judiciário paraense e conseqüentemente na sociedade brasileira.



Heloisa da Silva Mota Pereira  
Secretária Geral ESM/PA



Primeira sede própria da ESM/PA, na Trav. Quintino Bocaiuva



Ampliação da ESM/PA com aquisição de um imóvel contíguo à sua sede

## 3 Histórico

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará (ESM/PA), há 30 anos atua na área do ensino das letras jurídicas. Criada por meio da Resolução nº 06, de 8 de dezembro de 1982, e aprovada pelo Colendo Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE-PA), em sessão realizada no dia 3 de novembro de 1982, é uma instituição de ensino vinculada ao TJE-PA, com a finalidade geral de formação e seleção de recursos humanos para o exercício de cargos de magistratura e executivos, bem como a prestação de serviços à comunidade.

Instituída na presidência do eminente Desembargador Manoel Cabela Alves, a ESM/PA foi implementada na administração do então Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Edgar Maia Lassance Cunha.

Inicialmente, a Escola desenvolveu suas atividades nas dependências do Palácio de Justiça, tendo como diretor o Desembargador Sílvio Hall de Moura. No dia 29 de dezembro de 1986 – época em que o Tribunal de Justiça era presidido pelo Desembargador Ary da Mota Silveira – a Escola teve inaugurada a sua sede própria, na travessa Quintino Bocaiuva, cabendo a direção aos Desembargadores Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos e Almir de Lima Pereira.

Outro marco na história da ESM/PA foi a aquisição de um imóvel, ao lado do já existente, que passou por ampla adaptação e reforma de seu espaço, em janeiro de 2007, possibilitando a ampliação e modernização do estabelecimento de ensino. Na ocasião, o Tribunal de Justiça era presidido pelo Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre e o cargo de Diretora-Geral era exercido pela Desembargadora Sônia Maria de Macedo Parente.

Em 30.07.2007, foi publicada a Resolução/TJPA nº 028/07, dispondo sobre o atual Regimento Interno da Instituição. Já a estrutura organizacional – instituída por meio da Lei nº6.173, de 23 de dezembro

de 1998, e composta inicialmente de Conselho Superior, Presidência, Diretoria Geral, Coordenadoria e dos departamentos Administrativo-Financeiro e Acadêmico – foi modificada pela Lei 7.258, de 8 de abril de 2009, que acrescentou a Diretoria-Geral Adjunta e o Departamento de Ensino e Pesquisa e transformou a Coordenadoria em Secretaria Geral.

Em 2008, a ESM/PA lançou o primeiro número da revista A Leitura - Caderno da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará, com periodicidade semestral, reunindo trabalhos inéditos relacionados com assuntos de interesse jurídico-pedagógico ou que representem resultados de estudos e pesquisas sobre a atividade jurisdicional. Hoje a revista está em seu nono número, trazendo artigos, entrevistas, resenhas, reportagens e relatos, além de contos e poemas, valorizando também trabalhos de caráter literário e reconhecido valor artístico.

Atualmente, a ESM/PA é presidida pela Desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha, atual Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; a Direção Geral está a cargo do Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes, ex-presidente do TJPA (gestão 2009/2011), a Diretoria Adjunta é exercida pelo Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre,



também ex-presidente do TJPA (gestão 2005/2007) e ex-integrante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Secretaria Geral por Heloísa da Silva Mota Pereira.

Nos seus 30 anos de existência, a Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará tem-se destacado na sociedade paraense, tanto como instituição prestadora de ensino de qualidade, quanto como formadora de profissionais capacitados para diversas carreiras jurídicas, pois figuram como seus alunos e ex-alunos inúmeros magistrados, promotores de justiça, defensores públicos e dezenas de integrantes de carreiras jurídicas, o que atesta a qualidade e a excelência dos cursos por ela realizados.

A ESM/PA, atualmente, oferece capacitação continuada presencial e a distância através de cursos de atualização e aprimoramento dos conhecimentos a todos os magistrados, assessores e servidores que integram o quadro do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e demais interessados na área jurídica. Os desafios são inúmeros, a começar pela superação dos obstáculos físicos e geográficos, típicos do Estado do Pará, com suas comarcas localizadas em regiões distantes da capital. A Escola, no entanto, não economiza esforços em seu propósito, sempre buscando novas ferramentas, para a realização de cursos a distância e transmissão de aulas e palestras online, intensificando intercâmbio e convênios com as demais Escolas Estaduais da Magistratura e a Nacional na troca de experiências e disponibilização de cursos e demais eventos oferecidos ao público da Escola.

Neste ano de comemorações de seus 30 anos, a ESM/PA sediou a XXX reunião do COPEDEM, reunindo as maiores autoridades deste segmento que contou com a ilustre presença da ministra Eliana Calmon Alves, atual Diretora-Geral da ENFAM.

## 4 Missão

Proporcionar a magistrados e servidores a capacitação indispensável ao desenvolvimento do exercício pleno das ações inerentes ao Poder Judiciário do Estado do Pará, bem como oferecer oportunidade de preparação jurídica ao ingresso na carreira da magistratura.

Congregar em torno de temas jurídicos variados segmentos profissionais e sociais comprometidos com questões relevantes da sociedade paraense.

### OBJETIVOS

- Oferecer capacitação continuada, presencial e EaD a magistrados e servidores.
- Oportunizar aprendizagem teórica e prática baseada na atualização da cultura jurídica.
- Estimular a reflexão e capacitação sobre a problemática jurídica decorrente de novos fenômenos sociais que exigem ser dirimidos pelo Poder Judiciário;
- Propiciar formação e aperfeiçoamento jurídico e transversal aos recursos humanos do Poder Judiciário, tornando-os sempre aptos a resolverem questões demandadas da sociedade.

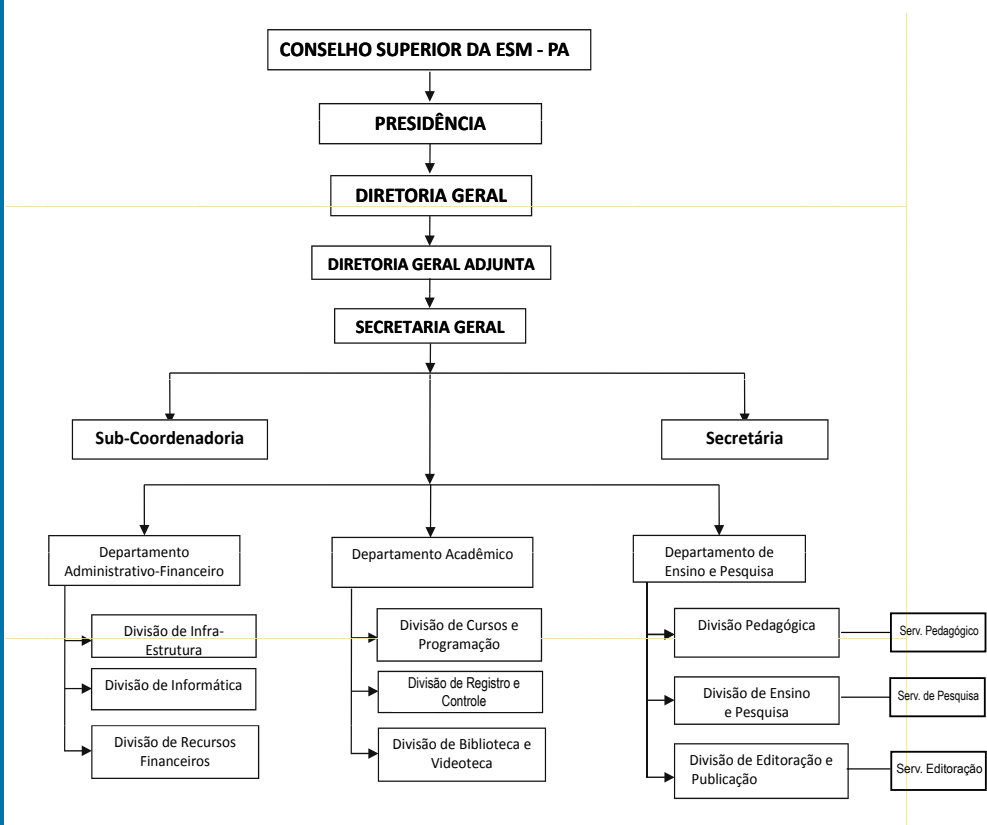
## **ESTRATÉGIAS**

- Estreitar a relação intrainstitucional - TJE e ESM, na busca de maior envolvimento de magistrados e servidores com a missão da Escola.
- Criar meios de modernização e fortalecimento institucional na área de Tecnologia de Comunicação- TIC, para utilização do EaD como ferramenta fundamental.
- Ampliar realização de convênios e contratos de cooperação técnica para realização de Cursos e Eventos.
- Ampliar e capacitar o corpo técnico e funcional da Escola, compatível com proposta organizacional ampliada pela criação do Departamento de Ensino e Pesquisa.

A ESM/PA procura realizar seus objetivos por meio de estratégias sempre norteadas por valores imprescindíveis que pautam o cenário jurídico nacional e local.

## **VALORES**

- Ética
- Celeridade
- Modernidade
- Responsabilidade Social e Ambiental





As atividades desenvolvidas pela ESM/PA seguem seu eixo estrutural alicerçadas em três departamentos.

Departamento Administrativo e Financeiro, que consubstancia as atividades-meio através da Divisão de Infraestrutura, de Informática e de Recursos Financeiros.

As atividades-fim são executadas pelo Departamento Acadêmico através de suas três divisões: Divisão de Cursos e Programação, de Registro e Controle, de Biblioteca e Videoteca.

E finalmente o Departamento de Ensino e Pesquisa através da Divisão Pedagógica, de Ensino e Pesquisa, de Editoração e Publicação.

A interação é essência de sua atuação. Ensino, pesquisa e difusão do conhecimento são os pilares que, funcionando de modo integrado e harmônico, fornecem permanentemente subsídios um ao outro, ao conjugarem ações coordenadas com a intenção de propiciar a formação inicial e continuada a magistrados, servidores, operadores do direito em última análise.

Em 2012 a ESM/PA investiu em capital humano na área de TI para consolidar a transmissão de cursos *on-line* e possibilitar por meio da EaD ampliação do atendimento de suas demandas nas comarcas do interior com ensino virtual concomitante ao presencial.

É válido ressaltar que a Escola tem contrato com a empresa *Oversee Tecnologia e Sistemas*, responsável pelos serviços de tecnologia da informática, que conta com profissionais capacitados na área e com equipamentos apropriados.

Nesta trilha a ESM/PA procura garantir conhecimentos primordialmente voltados ao estudo, pesquisa e ensino da Ciência do Direito, com enfoque técnico-jurídico, ao mesmo tempo em que procura alicerçar conhecimentos no campo filosófico, sociológico e humanístico, buscando a excelência na prática da Justiça e o respeito à dignidade do homem.

Toda a estrutura organizacional da Escola Superior da Magistratura trabalha, de forma integrada e cooperativa, na busca do alcance dos objetivos e metas planejadas. A execução de um curso, treinamento, encontro, seminário, ou simples palestra envolve todos os servidores, da Secretária Geral aos serventes que atendem às demandas do evento, dentro de suas funções, para que sejam vencidas quaisquer dificuldades e tudo aconteça sem problemas.

A DAF (Diretoria do Departamento Administrativo-Financeiro) participa ativamente de qualquer atividade da escola, desde seu planejamento, orçamentação, execução (leia-se apoio logístico), até a avaliação final da mesma, com análise do custo-benefício e dos resultados operacionais.

Seja estimando as despesas de cada atividade acadêmica, seja elaborando os recibos para pagamento dos professores, preparando o material de suporte para a execução dos eventos, seja planejando e acompanhando o orçamento físico-financeiro, seja elaborando, encaminhando e monitorando as solicitações de medidas administrativas a serem executadas, diretamente, pelos setores operacionais do Tribunal de Justiça, a DAF está presente, contribuindo com Secretaria Geral, com as Diretorias Acadêmica e de Ensino, colaborando e estimulando as ações que atendam às medidas garantidoras do sucesso desejado.

O controle de pessoal (frequência, férias, licenças de toda ordem, justificativas, etc.), de material (solicitação, distribuição, consumo, reposição, etc.) e de infraestrutura (limpeza, consertos, substituições de equipamentos, manutenção em geral, etc.), são atividades desenvolvidas pela DAF através de suas divisões específicas.

Neste exercício de 2012, foi possível garantir a retomada do Suprimento de Fundos Quadrimestral que havia deixado de ser concedido, o que veio assegurar um melhor atendimento aos alunos que frequentam os cursos oferecidos.

Por uma necessidade específica da administração do TJE, com a implantação do sistema SIGA-DOC, foi possível, também, aproveitando o espaço físico destinado à comemoração de eventos, a montagem de um novo laboratório de informática com 32 computadores e alguns *scanners*, bem mais completo que o anterior e, conseqüentemente, bem mais adequado ao treinamento tecnológico necessário ao preparo dos administradores em geral, para a utilização de assinatura digital. Como consequência desta implantação, a ESM/PA espera manter o laboratório na sua estrutura, mas também se beneficiará, enquanto parte integrante da instituição (TJE), com a formação de vários servidores inseridos no novo sistema.

A grande dificuldade que ainda permanece é a impossibilidade do atendimento aos pedidos de consertos e reformas na estrutura física da ESM, o que se vem estendendo por demasiado tempo, enfrentando chuvas seguidas, agravando sobremaneira o estado do prédio. Essa situação implica a perda de um espaço de ensino, com o isolamento de uma sala de aula (a de nº 1), que se encontra com infiltrações excessivas, gerando quantidade exorbitante de mofo, sendo impossível utilizá-la.

As Diretorias de Ensino e Pesquisa e Acadêmica executam atividades próprias de planejamentos didáticos, elaboração de projetos pedagógicos, implementação de toda modalidade de treinamento, incluindo Ensino a Distância, especificamente tratadas a seguir.

## 5.2 Departamento Acadêmico

O trabalho desenvolvido em 2012 pelo Departamento Acadêmico da ESM/PA contemplou vários projetos de modernização das atividades de Gestão Acadêmica e Registro Escolar. Neste sentido, procurou-se adequar o departamento aos novos desafios institucionais relativos à formação continuada, em especial, ao provimento de soluções ao Ensino a Distância.

Para realizar os projetos, foram promovidos vários encontros com a equipe acadêmica, de ensino e de informática da ESM/PA, a fim de socializar as metas e objetivos propostos no esforço de modernização do departamento e seus procedimentos.

Uma questão posta em foco foi projetar a ESM/PA como uma Escola cooperativa, focada em adultos, voltada ao poder judiciário e aos seus desafios em um estado continental. Assim, questões como acesso ao ensino nas localidades distantes deste Estado, disponibilidade de conteúdo em tempo integral, acesso ao docente e suporte às questões de registro acadêmico a todos os servidores da ESM/PA foram priorizados neste esforço de modernização.

Não há como vislumbrar uma gestão acadêmica eficiente sem a utilização das mais modernas tecnologias aplicadas à administração e ao controle.

No campo da Gestão Acadêmica, destacaram-se as ações de modernização e integração das atividades acadêmicas, aqui apresentados em dois grupos:

Ações de Gestão Acadêmica – aquelas que visam a melhorar, qualificar e dar eficiência e eficácia às atividades acadêmicas da ESM/PA, sempre focada na gestão e controle da informação.

Ações de Registro Escolar – as que visam ao efetivo controle do registro dos dados escolares dos alunos, bem como do controle da documentação de cada um, objetivo-fim deste departamento.

As Ações de Gestão Acadêmica desenvolvidas em 2012 foram as seguintes:

- Implantação dos **EDITAIS DE INSCRIÇÃO** e/ou **MATRÍCULA** – que visam a regular o compromisso dos Magistrados com os cursos ofertados pela ESM/PA. Cada edital é acompanhado da Grade de Disciplinas e Termo de Compromisso.
- Implantação do **RECADASTRAMENTO DOCENTE** – que possibilitou uma revisão no cadastro docente, atualizando aqueles que efetivamente podem atuar no ensino, facilitando o acesso de todos os departamentos da ESM/PA aos dados para seleção docente, bem como agilizou a comunicação com estes.

## BOM DIA



Desenvolvimento e Implantação da **INTRANET - BOM DIA ESM/PA** – Este projeto objetivou implantar uma importante ferramenta de Endomarketing na ESM/PA, socializando via tecnologia WEB (página ou site), internamente, a todos os servidores, informações atualizadas sobre a instituição, legislação, contatos telefônicos, parceiros, endereços de outras ESM, missão, metas, planos estratégicos, demandas geográficas do Poder Judiciário, cursos realizados e notícias, dentre outras informações, além de disponibilizar, neste mesmo ambiente virtual, outros serviços Acadêmicos, como demonstraremos abaixo.



## AGENDA DIGITAL

Implantação da **AGENDA DIGITAL** – Serviço que objetiva disponibilizar na **INTRANET** uma agenda de cursos/eventos de todo o ano, em mais de um formato, facilitando a consulta do calendário acadêmico por todos os servidores auxiliando a tomada de decisão. Assim, é possível saber o que vai acontecer na ESM/PA, por mês, por semana ou por dia, diretamente no computador de cada servidor, sem a necessidade de imprimir documentos, visto que os calendários coloridos são impressos na tela do computador, facultando ao usuário, imprimir ou não.

## Implantação da **GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS – GED**



Este projeto iniciado em abril de 2012 tem como objetivo digitalizar toda a história do registro acadêmico em mídia digital, facilitando a consulta aos antigos livros de registros acadêmicos da ESM/PA, permitindo o acesso a dados do passado, tudo via INTRANET, pelo computador do servidor. Assim, 30 anos de história acadêmica serão transformados em documentos digitais, possibilitando, inclusive, a gravação deste acervo documental em DVD.

- Implantação do **SERVIDOR DE DOCUMENTOS ACADÊMICO** – Hoje este sistema de arquivamento de documentos contém 158 pastas com mais de 1.790 documentos que, agora, socializados dentro da equipe acadêmica, vêm facilitar a tomada de decisão por todos da equipe, além de permitir a atualização dinâmica destes pelos servidores gerando sinergia, eficiência e eficácia na informação prestada aos demais setores da ESM/PA e ao destinatário final, ou seja, magistrados e servidores do Poder Judiciário. Aqui se ressalta a necessidade da socialização da informação como ponto de partida para a valorização da equipe, agregando valor ao trabalho de atualização de documentos pelo coordenador acadêmico, dando sustentabilidade à informação institucional da ESM/PA.

## Implantação da **NOVA PÁGINA DA ESM/PA na INTERNET**



Este projeto, desenvolvido em parceria com a SECRETÁRIA DE INFORMÁTICA DO TJPA, ocupou-se em comunicar não só a visão institucional, mas também comunicar cursos e eventos de forma dinâmica e atualizada. Neste contexto, institucionalmente, o site pontua o histórico, a missão, a visão e os valores, a estrutura da ESM, o projeto de EAD, fatos e notícias 2009, 2010 e 2011, além de publicar pales-

em vídeos e disponibilizar a Revista A Leitura em Formato Digital.

No campo da comunicação informa de maneira dinâmica e atual os cursos e eventos que hoje a ESM/PA disponibiliza incluindo aí, eventos e cursos de outras ESM/PA e órgãos do Poder Judiciário em convênio com a ESM/PA.

## Implantação da **REVISTA A LEITURA DIGITAL**



Este projeto visa a disponibilizar todas as revistas da ESM/PA em formato digital. Hoje já temos duas revistas integralmente no formato digital, publicadas na **PÁGINA da ESM/PA na INTERNET**. Até 2013 a previsão é a digitalização de todas as revistas publicadas.

## Implantação da **MALA DIRETA ACADÊMICA DIGITAL**



Objetiva a comunicação constante da ESM/PA com grupos externos que de alguma forma compõem o Poder Judiciário atendidos pelos diversos cursos e eventos aqui realizados. Ao todo são 20 grupos de emails, cada um com integrantes específicos, como, Juízes, Outros órgãos de Governo, Alunos de Pós, Docentes, Professores Recadastrados, Desembargadores dentre outros. Assim, semanalmente, são comunicadas por e-mail, a todos os grupos, as atividades desenvolvidas pela ESM/PA, bem como, novos cursos, seminários, eventos, palestras, encontros e fóruns de interesse geral e específico.

## Desenvolvimento e Implantação da **GRÁFICA RÁPIDA**



Viabilizou a implantação do serviço de impressão em A-3, propiciada pela revisão contratual, em que se explicitou a obrigação, por parte da prestadora de serviços de impressão, de disponibilizar uma impressora de rede com capacidade de impressão em formato A-3, permitindo assim, à ESM/PA a produção de cartazes em A-3, A-4 e A-5 bem como de pequenos

jornais neste mesmo formato para divulgação de eventos e cursos, conforme é demonstrado adiante.

## Desenvolvimento e Implantação do **COMUNICADO DIGITAL**



Também na linha do Endomarketing, o comunicado digital disponibiliza um quadro de avisos, através de uma TV 49”, de tal sorte que os frequentadores da ESM, bem como os servidores, têm acesso aos principais avisos de cursos, eventos e atividades da ESM/PA aumentando ainda mais a colaboração dos atores e das equipes

## Implantação do AVA – **AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM**



Desenvolvido desde janeiro de 2011, está centrado na construção de um ambiente virtual acessível e de fácil manuseio por magistrados e servidores, um público que apresenta características específicas, justificando assim o esforço na adequação visual e metodológica das práticas virtuais de Ensino a Distância - EAD. Em maio de 2012, o AVA entrou em produção recepcionando os cursistas da Especialização em Direito Agroambiental e Minerário, Especialização *Lato Sensu* em Direito Processual Civil e Individual e Coletivo, Especialização em Direito da Criança e do Adolescente, Treinamento BR.Oficce Writer – Básico, I e II Encontro Jurídico de 2012 e Curso de Aperfeiçoamento em Direito Civil e Constitucional.

Neste contexto, nenhum material impresso foi entregue ao alunado, ou seja, todo material didático pedagógico foi disponibilizado eletronicamente via AVA, reduzindo drasticamente o consumo de papel e serviço de impressão. Outro ponto importante é a comunicação de professores e servidores do Departamento Acadêmico ao discente, via quadro de avisos e mensagens pelo AVA, permitindo uma alta disponibilidade de informação 24h por dia, 365 dias por ano.

Assim, com a inclusão desses cursos no **AVA**, demos início em 2012, ao processo de atualização de Magistrados, servidores e profissionais da própria equipe da ESM/PA com o uso dessa importante ferramenta de Ensino. A implantação do **AVA** atende à **Resolução 159 do CNJ** que prevê, preferencialmente, o uso do **EAD** na formação continuada de Magistrados pela facilidade e acessibilidade deste instrumento de ensino em todo o território



paraense. Ainda no esforço de implementação do **EAD**, foi desenvolvido o manual do cursista, que orienta de forma clara como o cursista deve utilizar o AVA, facilitando assim a implantação do **EAD** em larga escala. Por fim a equipe da ESM/PA e da **Secretaria de Informática** estão desenvolvendo conjuntamente o primeiro módulo do curso LIBRA totalmente a distância, será o primeiro curso em EAD feito 100% pelo TJPA.

● **Em 2012 foram desenvolvidas as seguintes ações de Registro Escolar:**

Desenvolvimento e Implantação dos **FORMULÁRIOS ACADÊMICOS**, objetivando o correto registro acadêmico, neste linha foram desenvolvidos e disponibilizados na **INTRANET** 11 formulários de controle acadêmico, sendo 4 de cadastro e 8 de protocolos. Tais formulários normalizam a comunicação institucional interna, bem como regulam os pedidos, via protocolo, do pleito dos cursistas junto à ESM/PA. Este foi um importante passo na padronização de informações peticionadas, o que resultou na maior facilidade de registro e controle escolar por parte da secretaria acadêmica.

● Implantação da **INSCRIÇÃO ONLINE** – Inicialmente foi utilizado o formulário de inscrição online do **AVA**, devidamente adequado ao curso proposto, para automatizar as inscrições dos diversos cursos, facilitando todo o processo de matrícula. Numa segunda fase, a proposta é a inserção automática destes dados no DAC, o sistema INFORMATIZADO de registro acadêmico, eliminando-se por completo, num futuro próximo, a digitação de informações.

### Desenvolvimento e Implantação do **CERTIFICADO DIGITAL**



Hoje os cursos oferecidos, na plataforma **AVA**, permitem que o próprio usuário, se cumprido os requisitos de aprovação, quer por frequência, quer por nota, possam imprimir diretamente, do sistema **AVA**, seu próprio **CERTIFICADO**, o que facilita a operação de entrega, além de reduzir o consumo de papel e supri-

mento, reduzindo os espaços ocupados e minimizando os custos.

As atividades acadêmicas são expressadas em números representativos neste 2012.

À ação acadêmica de formação continuada, a ESM/PA ofereceu 3 cursos de especialização, dentre 14 atividades, ou seja, foram oferecidos Cursos de Especialização *Lato Sensu*, Cursos de Aperfeiçoamento, Cursos para Profissionais com Habilidades Específicas, Cursos de Capacitação, Cursos de Formação e Curso de Preparação. Todo este esforço alcançou 364 operadores do direito, sendo 98 Juizes e 1 Desembargador.

MAPA I - ESTATÍSTICO 2012 - FORMAÇÃO CONTINUADA						
QUANTIDADE DE ATIVIDADES / CURSOS	APROVADOS OU EM ATENDIMENTO					TOTAL
	MAGISTRADOS		SERVIDOR TJPA	OUTROS OPERADORES DE DIREITO	OUTROS	
	JUIZ	DES.				
14						
<b>TOTAL</b>	98	1	178	40	96	413

A ação focada para efeito de atingimento da Meta 8, definida em 2010 pelo CNJ, alcançou 20 Juizes. São atividades voltadas à Administração Judiciária.

MAPA II - ESTATÍSTICO 2012 / ADM. JUDICIÁRIA META 8				
QUANTIDADE DE ATIVIDADES / CURSOS	CONVÊNIO/CH	APROVADOS / EM ATENDIMENTO		SITUAÇÃO
4		MAGISTRADOS		
		JUIZ	DES.	
Gestão de Varas Criminais	ENFAM	8		EM ANDAMENTO
Gestão Cartorária	ENFAM	8		EM ANDAMENTO
Gestão Financeiro-Orçamentaria	ENFAM	4		EM ANDAMENTO
Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos	ENFAM			EM ANDAMENTO
<b>TOTAL</b>		<b>20</b>		

- **A ação voltada** à atividade de Extensão, prevista no Regimento Interno prevê a realização de Fóruns, Grupos de Estudos, Encontros Jurídicos, aulas magnas, palestras e pesquisa destinadas à comunidade, ou seja, tais ações alcançam tanto o público interno como externo, bem como a cessão de espaços da ESM/PA a outros órgãos do TJPA e do Estado do Pará .

MAPA III - ESTATÍSTICO 2012 / ATIVIDADES DE EXTENSÃO						
QUANTIDADE DE ATIVIDADES / CURSOS	APROVADOS / EM ATENDIMENTO					TOTAL
	MAGISTRADOS		SERVIDOR TJPA	OUTROS OPERADORES DE DIREITO	OUTROS	
	JUIZ	DES.				
36						
<b>TOTAL</b>	60	7	515	78	899	1.557

- Cabe ressaltar que, dentre as atividades acima pontuadas, houve, em 2012, dez atividades com opção em Educação a Distância, atingindo o número de cursistas indicados no mapa abaixo.

MAPA ESTATÍSTICO 2012/1 – EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA						
QUANTIDADE DE ATIVIDADES / CURSOS	APROVADOS OU EM ATENDIMENTO -					TOTAL
	MAGISTRADOS		SERVIDOR TJPA	OUTROS OPERADORES DE DIREITO	OUTROS	
	JUIZ	DES.				
10						
<b>TOTAL</b>	25		9	1	17	52

Neste ano de 2012 destacou-se o esforço de divulgação dos cursos e eventos jurídicos de outros Tribunais de Justiça ou instituições com quem o TJ-PA tem convênios e parcerias. Toda esta divulgação foi publicada dinamicamente em nosso site de inscrições e notícias, <http://tjpa.jus.br/esm>. Constata-se, assim, a dimensão do elevado número de eventos, cursos e atividades disponibilizadas, para os magistrados e servidores, nas mais diversas áreas do conhecimento.

MAPA ESTATÍSTICO 2012 - DIVULGAÇÃO DE OUTROS CURSOS/EVENTOS	INSTITUIÇÃO
Gestão de Varas Criminais	ENFAM
10 Anos do Código Civil Aplicação, Acertos, Desacertos e Novos Rumos	EMERJ - RJ
Gestão Cartorária	ENFAM
Gestão Financeiro-Orçamentaria	ENFAM
Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos	ENFAM
Capacitação em Direito à Saúde baseada em Evidências - SÍRIO-LIBANÊS	INSTITUTO SÍRIO-LIBANÊS DE ENSINO E PESQUISA
XXVII Encontro do COPEDEM	COPEDEM
Intercâmbio Internacional de Aperfeiçoamento Judicial Brasil – Argentina	ESMAPE - PE
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO/MERECIMENTO – “A Mediação e a Conciliação – Um novo Paradigma para a Justiça”	EPM - SP
Curso da Universidade de Fordham - Direito Comparado	ESMAPE - PE
I Curso Luso-Brasileiro de Verão de Direito do Consumo	APDC - COIMBRA
1ª Jornada Jurídica Franco-Brasileira	EJAP - AP
Projeto de Implantação da Coordenação Estadual da Mulher no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará	TJE - PA
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO / MERECIMENTO – Juízes Vitalícios – O Poder Judiciário e a Copa do Mundo de 2014	EPM - SP
I Congresso Internacional de Magistrados sobre Meio Ambiente - IN DÚBIO PRO NATURA	AMB
Curso de Gestão de Varas Criminais	EMERJ - RJ
Curso Aperfeiçoamento/Merecimento - Juízes Vitalícios “Direito à Saúde”	EPM - SP
IV Seminário Terceiro Setor e Parcerias na Área de Saúde	IBDP
Curso de Sociologia Jurídica	EMERJ - RJ
IV Encontro Nacional das Escolas de Servidores e Gestores de Pessoas do Poder Judiciário	ESAJ - RJ
Programa de Intercâmbio de Atualização em Direito	ESMAPE - PE
V Congresso Latinoamericano de Niños Adolescencia y Familia	ALAMFPyONAF
XXI Congresso Brasileiro de Magistrados - O Magistrado no Século XXI: Agente de Transformação Social	AMB
Programa de Aperfeiçoamento Judicial – Direitos Humanos – Sistema Correccional e Penitenciário – UNICRI – United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute	ESMAPE - PE / ENM
1º SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE:	UFPA
INSCRIÇÕES ABERTAS - 1o. SEMINÁRIO DIREITO PENAL E DEMOCRACIA	UFPA
CHAMADA PARA PUBLICAÇÃO DE OBRAS JURÍDICAS PARA O XXI CONGRESSO BRASILEIRO DE MAGISTRADOS	ENM
CICLO DE CAPACITACAO CNJ	CNJ
SEMINÁRIO PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÕES BANCÁRIAS POR MEIO DO SISTEMA DE INVESTIGAÇÃO DE MOVIMENTAÇÕES BANCÁRIAS – SIMBA	
CURSO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ONLINE	EMERJ
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARBITRAGEM	JUSTIÇA FEDERAL
CURSO DE RESPONSABILIDADE CIVIL - UMA PERSPECTIVA LUSO-BRASILEIRA	ESMAPE - PE

● Ao final é apresentado o mapa consolidado de 2012, com o total de atendimento da ESM/PA

MAPA SINTÉTICO 2012						
ATIVIDADE / CURSO	APROVADOS OU EM ATENDIMENTO					TOTAL
	MAGISTRADOS		SERVIDOR TJPA	OUTROS OPERADORES DE DIREITO	OUTROS	
	JUIZ	DES.				
FORMAÇÃO CONTINUADA	98	1	178	40	96	413
ADM. JUDICIÁRIA	20					20
ATIVIDADES DE EXTENSÃO	60	7	511	78	896	1.552
TOTAL	178	8	685	116	949	1.936

### Divisão de Biblioteca e Videoteca

Com o propósito de atualizar e enriquecer o acervo bibliográfico, foi solicitada a aquisição de trezentos e cinquenta e oito (358) exemplares de livros, sendo cento e oitenta (180) títulos através do processo nº 2012001017429, como também a renovação de assinaturas de periódicos.

Foram adquiridos por doação cento e cinco (105) exemplares de livros e revistas.

Responsável pela movimentação do material bibliográfico, proporcionou aproximadamente 250 (duzentos e cinquenta) consultas ao acervo, no recinto da Biblioteca, como também realizou setenta e seis (76) empréstimos domiciliares e setenta e uma (71) devoluções de documentos.

Destacamos a continuação da informatização da Biblioteca, mediante o uso do Sistema Pergamum, que permite a automação das principais rotinas do Setor, disponibilizando online os catálogos do acervo e facilitando o atendimento aos leitores.

No período de 02 de janeiro a 04 de outubro foram catalogados, classificados e colocados à disposição dos usuários vinte e dois (22) títulos de livros, totalizando trinta e quatro (34) exemplares; vinte e dois (22) títulos de revistas, num total de duzentos e trinta e quatro (234) fascículos e vinte e duas (22) analíticas de periódicos.

Ressaltamos, ainda, como atividade desenvolvida por esta divisão, a normalização técnica de vinte e dois (22) artigos, editoriais, entrevistas, depoimentos e resenhas que compõem os números 07, 08 e 09 do Caderno *A Leitura*, utilizando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

## 5.3 Departamento de Ensino e Pesquisa

O Departamento de Ensino e Pesquisa por meio de suas Divisões: Pedagógica; e de Ensino e Pesquisa elabora projetos para a realização de eventos e cursos presenciais e a distância. Planeja e providencia o credenciamento no **SISFAM/ENFAM** - Sistema de Solicitação e Acompanhamento de Credenciamento de Cursos, quais sejam, de Formação Inicial, Especialização e Aperfeiçoamento para Vitaliciamento e Promoção por Merecimento de Magistrados, e em seguida o cadastramento dos cursos e do corpo docente no GEFAM/ENFAM, Sistema de Gestão de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, consoante as diretrizes estabelecidas pela ENFAM e CNJ. Providencia a aquisição e a preparação de material e equipamentos adequados à realização e transmissão de aulas mediante ensino a distância; prepara ainda material que permite a avaliação de reação ou impacto docente e discente em cada atividade curricular.

O Departamento de Ensino e Pesquisa, durante ano de 2012, realizou ações educativas, englobando eventos e cursos voltados a proporcionar a oportunidade de atualização ininterrupta de conhecimentos jurídicos que têm como pano de fundo a transdisciplinariedade, esta significando reivindicação marcante no mundo hodierno por magistrados e integrantes do corpo funcional do Poder Judiciário do Estado do Pará, bem como por pessoas e profissionais do direito, vinculados a outros importantes segmentos organizacionais da sociedade, dentre estes o Ministério Público e a Defensoria Pública.

À Divisão de Editoração e Divulgação coube a preparação de três números da revista *A Leitura*, volumes 7, 8 e 9, com artigos de autoria de magistrados, promotores de justiça, advogados, professores, obedecendo aos critérios da mais rigorosa seleção, todos, trabalhos de mérito que contribuem para a excelência da revista. Em 2012 foi regularizada sua

periodicidade. Coube-lhe ainda o projeto e concepção da medalha comemorativa dos 30 anos da Escola, bem como a produção textual do DVD, revisão de textos, como os da Cartilha Lei Maria da Penha e do Guia de Saúde, e ainda a concepção artística e projeto gráfico da Agenda Calendário 2013, ora em licitação, bem como deste relatório.



## 6 Atividades Pedagógicas

A ESM/PA promove cursos, treinamentos, palestras, encontros, seminários, simpósios de várias ordens, todos voltados para a Ciência do Direito e áreas-afim, alguns em parceria/convênios.

### 6.1 Cursos de Pós-Graduação

Convênios e parceria foram celebrados pelo TJE/ESM/PA com instituições jurídicas públicas e instituições privadas visando à realização de cursos de Pós-Graduação, destinados à Magistrados e Assessores do TJE, com o objetivo de atender às demandas relacionadas à formação na área.

Iniciaram-se, no decorrer do ano de 2012, com previsão de término em 2013 e 2014, o II Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Processual Civil Individual e Coletivo, coordenado pelo Prof. Dr. Jean Carlos Dias; o Curso de Especialização em Direito Agroambiental e Minerário, sob a coordenação do Prof. Dr. Antônio José de Mattos Neto; e o I Curso de Especialização em Direito da Criança e do Adolescente, este pioneiro no Pará e em parceria do TJPA com o Ministério Público do Estado e a Defensoria Pública, coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Mestra, Krishina Day Ribeiro. O primeiro desses cursos é objeto de convênio com o Centro de Estudos Superiores do Pará - CESUPA; o segundo, mediante convênio com a Universidade Federal do Pará/UFPA, tendo como partícipes a Companhia Vale S/A e a Associação dos Magistrados do Pará-AMEPA; o terceiro, com base em contrato celebrado com a UFPA/Instituto de Ciências Jurídicas.

O Curso de Especialização em Direito da Criança e do Adolescente é aspiração acalentada há muito pela Coordenadoria da Criança e do Adolescente/CEIJ, cujo titular é o Des. José Maria Teixeira do Rosário, e agora se concretiza em simbiose com esta ESM/PA através desta parceria.

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	Convênio	C.H
Curso de Especialização em Direito Agroambiental e Minerário	UFPA*	450 h/a
II Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Direito Processual Civil Individual e Coletivo	Cesupa	360 h/a
Curso de Especialização em Direito da Criança e do Adolescente*	UFPA	485 h/a

\* Em parceria com o Ministério Público do Estado e a Defensoria Pública do Estado do Pará



Da gama de cursos ofertados, destacam-se os cursos em nível de aperfeiçoamento:

Curso de Aperfeiçoamento em Direito Civil Constitucional: repensando as relações privadas a partir dos direitos fundamentais, ministrado pela Desembargadora Federal do Trabalho Pastora do Socorro Leal, pós-doutora em Direito; Curso de Aperfeiçoamento em Direito Tributário: atualidades, que esteve sob a responsabilidade do pós-doutor Fernando Facury Scaff, docente da USP e da UFPA, e do mestre Leonardo Alcantarino Menescal; Curso de Aperfeiçoamento em Dosimetria da Pena, pelo Juiz de Direito Euler Jansen, do Poder Judiciário do Estado da Paraíba; Curso de Aperfeiçoamento Prisão e Medidas Cautelares, ministrado pelo Juiz de Direito Marcus Alan de Melo Gomes, doutor em direito e professor da Universidade Federal do Pará, pelo Juiz de Direito Andre Filo-Creão Garcia da Fonseca, mestre em direito, e pelo Procurador da República Igor Nery de Figueiredo, mestre em direito.

Por intermédio do Departamento de Ensino e Pesquisa, a Escola efetivou a parte prática do I Curso de Capacitação em Justiça Restaurativa e Supervisão de Procedimentos Restaurativos, em convênio com a Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul - AJURIS, que culminou em dois encontros de supervisão, em 2012, com 30 horas cada um. Neste dezembro iniciou-se o II Curso de Capacitação em Justiça Restaurativa e Supervisão de Procedimentos Restaurativos, também, em parceria com a AJURIS e para 2013 está prevista a parte prática, consistente na Supervisão de Procedimentos Restaurativos. As instrutoras Fabiana N. de Oliveira e Lenice Pons, do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul foram as ministrantes.

O Curso de Capacitação em Conciliação nos Juizados Especiais Estaduais (Res. nº 125/2012 do CNJ) ocorreu em 2 turmas em outubro, tendo como público os atuais e os novos conciliadores, estes aprovados em processo seletivo concluído em setembro de 2012. Todos foram reciclados ou capacitados para atuação naqueles órgãos jurisdicionais. Maria do Socorro B. Moraes, Karine B. Soares e Maria de Nazaré Mendonça foram as instrutoras, treinadas para esse fim pelo I Curso de Formação de Instrutores em Conciliação e Mediação, promovido pelo CNJ. Este curso foi produto de uma parceria, há muito pretendida, entre a ESM/PA e a Coordenadoria dos Juizados Especiais Estaduais, órgão coordenado pelo Des. Constantino Augusto Guerreiro.

No primeiro trimestre, realizou-se o Curso Intensivo de Preparação à Carreira da Magistratura, com 200 horas-aula, ensejando conhecimentos necessários a candidatos inscritos no Concurso Público para Juiz Substituto realizado em 2012.

<b>CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO</b>	<b>C.H</b>
Curso de Aperfeiçoamento em Direito Civil Constitucional: repensando as relações privadas a partir dos direitos fundamentais.	30 h/a
Curso de Aperfeiçoamento em Direito Tributário: atualidades.	20 h/a
Curso de Aperfeiçoamento em Dosimetria da Pena	08 h/a
Curso de Aperfeiçoamento Prisão e Medidas Cautelares	20 h/a

<b>NÍVEL DE CAPACITAÇÃO</b>	<b>C.H</b>
Curso de Capacitação em Conciliação nos Juizados Especiais Estaduais nos Moldes da Resolução nº 125/2012 do Conselho Nacional de Justiça/ CNJ	34 h/a
II Curso de Capacitação em Justiça Restaurativa e Supervisão de Procedimentos Restaurativos (parte prática: primeiro encontro de Supervisão de Procedimentos Restaurativos)	60 h/a

<b>CURSOS EM PARCERIA</b>	<b>Convênio</b>	<b>C.H</b>
Curso de Capacitação em Justiça Restaurativa e Supervisão de Procedimentos Restaurativos (parte prática: primeiro encontro de Supervisão de Procedimentos Restaurativos)	AJURIS	60 h/a
Curso de Especialização em Direito Processual Penal	CESUPA	360 h/a

<b>CURSO DE EXTENSÃO</b>	<b>C.H</b>
Curso Intensivo de Preparação à Carreira da Magistratura	200 h/a

## 6.3 Pedidos de Credenciamento

Desencumbindo-se de suas atribuições, o Dep. obteve junto à ENFAM o credenciamento dos Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento e Capacitação ofertados no decorrer de 2012, como pressuposto para o vitaliciamento e promoção por merecimento de integrante da magistratura paraense.

<b>CRENCIAMENTO: NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO</b>	<b>Convênio</b>	<b>C.H</b>
Portaria nº 28, de 23/01/2012, da ENFAM. Processo nº 20121 – Curso de Especialização em Direito Agroambiental e Minerário.	UFPA	450 h/a
Portaria nº 119, de 28/03/2012, da ENFAM. Processo nº 201284 – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil Individual e Coletivo.	CESUPA	360 h/a
Portaria nº 346, de 28/08/2012, da ENFAM. Processo nº 2012346 – I Curso de Especialização em Direito da Criança e do Adolescente.	UFPA	485 h/a
<b>CRENCIAMENTO: NÍVEL DE APERFEIÇOAMENTO</b>		<b>C.H</b>
Portaria nº 177, de 15/05/2012, da ENFAM. Processo nº 2012180 – Curso de Aperfeiçoamento em Direito Civil Constitucional: repensando as relações privadas a partir dos direitos fundamentais.		30 h/a
Portaria nº 220, de 06/06/2012, ENFAM. Processo nº 2012215 – Curso de Aperfeiçoamento em Direito Tributário: atualidades. Período: 9 a 10 de agosto e 30 e 31 de agosto de 2012		20 h/a
Portaria nº 294, de 07/08/2012, de ENFAM. Processo nº 2012313 – Curso do Aperfeiçoamento em Dosimetria da Pena. ** Período: 14 e 15 de setembro de 2012		08 h/a
Portaria nº 211, de 04/06/2012, de ENFAM. Processo nº 2012204 – Curso de Aperfeiçoamento Prisão e Medidas Cautelares.		20 h/a
<b>CRENCIAMENTO: NÍVEL DE CAPACITAÇÃO</b>	<b>Convênio</b>	<b>C.H</b>
Parecer nº 2012348 – 0012012 (favorável); portaria pendente. Processo nº 2012348 – Curso de Capacitação em Conciliação nos Juizados Especiais Estaduais nos Moldes de Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. *		72 h/a (teórica)  30 h/a (prática)

\* Número de turmas: 03 (três).

## 6.4 Treinamento

TREINAMENTOS				
	Parceria/CH	Nº Turmas	Inscritos	Situação
<b>Sistema Libra</b>	TJPA/Sec. Inform. 280h/a	07	99	Concluído
<b>Curso de Formação a pretendentes a Pais por Adoção</b>	TJPA/CEIJ 80h/a	08	143	Concluído
<b>Curso de Capacitação ao Processo Administrativo Digital - Sistema SIGA-DOC</b>	TJPA/ESM 45h/a	07	62	Concluído
<b>I Curso de Formação de Formadores - Capacitação de Docentes</b>	ENFAM Brasília/DF	01	03	Concluído
<b>TOTAL</b>	<b>395 h/a</b>	<b>23</b>	<b>307</b>	



Libra



SIGA-DOC

Em 2012, dois Cursos de Especialização foram concluídos com defesa de monografia. Em Direito Agrário com a banca examinadora no CESUPA, em Direito Processual Penal na própria ESM.

PÓS-GRADUAÇÃO ENCERRADA EM 2012						
ATIVIDADE / CURSO	APROVADOS OU EM ATENDIMENTO					
	Magistrados		Servidor TJPA	Outros Operadores de Direito	Outros	TOTAL
	Juiz	Des.				
Curso de Especialização em Direito Processual Penal	12		14			26
Curso de Especialização em Direito Agrário	3		3	1		7
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>		<b>17</b>	<b>1</b>		<b>33</b>

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

O Curso de Direito Processual Penal, sob a coordenação do Prof. Jorge Augusto de Medeiros Pinheiro, teve como orientadores e membros da banca os seguintes professores:

Prof. Dr. Jorge Augusto de Medeiros Pinheiro; Prof. Dr. Raimundo Wilson Gama Raiol; Prof. Dr. Ivanilson Paulo Corrêa Raiol; Prof. Dr. Marcus Alan de Melo Gomes; Prof. Dr. Jorge Augusto de Medeiros Pinheiro; Prof. MsC. Maria do Socorro Almeida Flores; Prof. MsC André Luiz Filo-Creão Garcia da Fonseca; Prof. MsC Igor Nery Figueredo; Profa. MsC Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos; Prof. Dr. Alexandre Manuel Lopes Rodrigues; Profa. Dra. Ana Cláudia de Bastos Pinho; Profa. MsC Fábiana de Melo-Fournier.

### ESPECIALISTAS GRADUADOS EM DIREITO PROCESSUAL PENAL

01. ANA PATRÍCIA ALVES FERNANDES - Direitos Humanos: efetividade e execução penal.

02. ANDRÉA LOPES MIRALHA - O Novo Papel do Juízo Penal: alteração do artigo 212 do Código de Processo Penal feita pela lei nº 11.690/2008.

03. AUGUSTO SIDNEY RODRIGUES - O Testemunho On Line no Processo Penal
04. BENJAMIN DE ALBUQUERQUE ANDRADE LIMA - Aspectos Institucionais da Decisão de Pronúncia por Violação ao Sistema Acusatório e aos Princípios da Ampla Defesa e do Contraditório
05. CÉLIO PETRÔNIO D'ANUNCIAÇÃO - A Reparação de Danos no Processo Penal: aspectos controvertidos.
06. DANIELA MACÊDO DA ROSA CRISPINO GOMES - O Regime Disciplinar Diferenciado e os Princípios Constitucionais Correlatos.
07. DARWIN BÖERNER JÚNIOR - A Inadequabilidade do Inquérito Policial em Face ao Estado Democrático de Direito.
08. EDUARDO NEVES LIMA FILHO - Sistemas de Nulidades Processuais: uma leitura democrática da instrumentabilidade das formas.
09. ELIANA ALCANTARINO MENESCAL - Criminalidade e Condição Feminina: perfil da mulher criminoso e presidiária no centro de reeducação feminino.
10. ELLEN CRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO - A Interpretação do Artigo 16 da Lei nº 11.340/2006: a retração da vítima como garantia de direito
11. ERIC AGUIAR PEIXOTO - A Manutenção da Prisão em Flagrante no Curso do Processo Penal e sua Incompatibilidade com o Texto Constitucional
12. ESDRAS CHARLES FAVACHO TORRES - Vítima: uma análise descritiva à luz do princípio da razoável duração do processo, de algumas deficiências no sistema criminal paraense que contribuem para a vitimização secundária.
13. FLÁVIO SÁNCHEZ LEÃO - O Processo de Extradicação de Cesare Battisti e o Princípio da Separação de Poderes.
14. HERBERT LUIZ DE SOUZA PINTO - Breves Comentários sobre a Influência da Constituição Federal sobre Alguns Princípios de Direito Processual Penal.
15. JOSÉ MARIA DE NORONHA TAVARES - A Súmula Vinculante 14 do STF no Contexto do Devido Processo Legal: atribuição para uma visão constitucional garantista do inquérito policial
16. KÉDIMA PACÍFICO LYRA - A Aplicação da Pena Alternativa nos Delitos de Roubo Qualificado: reconhecimento em sentença a partir da re(leitura) das normas penais à luz dos princípios fundamentais.
17. LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA FERREIRA - Prescrição: o tempo da suspensão do Código de Processo Penal.
18. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBARO - Sistema Penitenciário Brasileiro: reflexões acerca da necessidade de aprimoramento técnico profissional voltado para os componentes responsáveis pelas guardas externas e internas dos presídios.
19. MARIA VITÓRIA TORRES DO CARMO - A Função Preventiva da Tutela Penal do Meio Ambiente: a transação penal como instrumento de conciliação e conscientização ambiental.

20. NELYANA DE SOUZA BALIEIRO - O Instituto da Suspensão Condicional do Processo e a lei Maria da Penha.
21. RODRIGO VICENTE MAIA MENDES - Da Patologia do Inquérito Policial: aspectos críticos ao instituto
22. ROSI MARIA GOMES DE OLIVEIRA - Os Direitos Humanos dos Presidiários Consagrados na Lei de Execução Penal
23. SHERIDA KEILA PACHECO TEIXEIRA - O Sistema Acusatório e o Processo Penal Brasileiro.
24. TATIANA SERRA BESTENE CAMPOS - *Habeas Corpus*: aspectos jurídicos e direitos humanos.
25. VIVIANE GURGEL DOS SANTOS - A Mídia e a Destruição da Inocência Presumida: análise do aspecto processual frente as informações divulgadas pela imprensa.
26. VIVIANE MONTEIRO FERNANDES AUGUSTO DA LUZ - Estudo Sobre o Sistema Penitenciário e a Execução Penal Contemporânea Brasileira: fundamentos, origens, funções, aspectos, crise e proposta.

## DIREITO AGRÁRIO

NOME	MONOGRAFIA
André Luiz Filo-Creão Garcia da Fonseca	Aspectos Relevantes da Posse Agrária no Direito Brasileiro
Bárbara Oliveira Moreira	Regularização Fundiária como Instrumento de Efetivação da Função Social da Propriedade Pública
Daniele Karen da Silveira Araújo Leite	Parceria Rural na Amazônia
Everaldo Pantoja e Silva	Ocupações de Terras no "Polígono dos Castanheais" e Aspectos Jurídicos dos Aforamentos Concedidos pelo Estado do Pará
Fabiola Urbinati Maroja	<i>Accecio Possessionis</i> e Usucapião Constitucional Agrário: inaplicabilidade do artigo 1243
Horácio de Miranda Lobato Neto	A Possibilidade de a Fazenda Pública Apresentar Oposição de Domínio em Ação Possessoria Travada entre Particulares: uma visão sob enfoque da análise econômica do Direito
Jonas da Conceição Silva	Movimentos Sociais pela Conquista da Terra e Desobediência Civil

## 7

### Eventos Institucionais

O ano de 2012 foi marcado por relevantes eventos promovidos pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará, principalmente pelo fato de serem comemoradas suas três décadas de atuação profícua de ensino na área do direito.

#### 7.1

#### Aula Magna

As atividades da Escola foram inauguradas com a Aula Magna proferida pelo Juiz de Direito do Paraná, professor da Pontifícia Universidade Católica do PR, Diretor-Presidente da Escola Nacional da Magistratura, ROBERTO PORTUGAL BACELLAR, em 13 de fevereiro de 2012, que discorreu sobre o tema "Magistrados do Século XXI". A atenta plateia, constituída de Desembargadores, Juizes de Direito, membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados, professores e estudantes de direito, lotou o auditório.





## 7.2 SEMINÁRIO

O Seminário Concentrando Esforços pelo Direito à Convivência Familiar e Comunitária foi promovido em parceria da ESM/TJPA e a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude/CEIJ, coordenado pelo Des. José Maria Teixeira do Rosário, teve grande repercussão no que concerne às reflexões sobre as relações familiares.



# Seminário

## Concentrando Esforço pelo Direito à Convivência Familiar e Comunitária



### 31 de Agosto de 2012

Horário: 08h00 às 12h00  
14h00 às 17h00

**Período de Inscrição:** 06 a 27/08/2012  
**Carga Horária:** 08 horas-aula  
**Número de Vagas:** 300  
**Local:** Auditório Des. Agnano de Moura Monteiro Lopes - Fórum Cível da Capital  
**Público Alvo:** Juizes de Direito, Defensores Públicos, Promotores de Justiça, Analistas Judiciários atuantes na área da infância e da juventude e profissionais do sistema de garantia de direitos.

► **Mais Informações:**  
Escola Superior da Magistratura  
Fones: (91) 3242-5616 / 3225-3339  
e-mail: dir.academica.esm@tjpa.jus.br  
Inscrições Site:  
<http://esmpa.overseebrazil.com.br>

**PROGRAMAÇÃO:**

08h00 - Credenciamento e recepção dos participantes e dos palestrantes  
8h30 - Abertura do Evento  
09h00 - Programação Cultural  
09h45 - Palestra: Os Novos Procedimentos Jurídicos para Convivência Familiar e Comunitária Trazidos pela Lei. 12.010/09 e Instrução Normativa nº 02/2010 do Conselho Nacional de Justiça.  
Des. **LUIZ CARLOS FIGUEIREDO** - Coordenador da Infância e Juventude de Pernambuco  
12h00 - Intervalo para almoço  
14h00 - **Mesa Redonda:** Convivência Familiar e Comunitária: possibilidades e desafios  
- A Construção do Plano de Convivência Familiar e Comunitária  
Ms. **LÚCIA GARCIA** ( Profª da **UNAMA**, representante do **GT Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária**)  
- Programas de Acolhimento: desafios a serem enfrentados na garantia dos direitos de crianças e adolescentes  
**VALÉRIA BRAHIM** (Psicóloga da Organização Terra dos Homens, Especialista pela USP)  
17h - Encerramento

**ORGANIZAÇÃO:**   
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA  
COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

A abertura do evento contou com a participação da Des<sup>ora</sup>. Dahil Pa-raense de Souza, Corregedora de Justiça da Região Metropolitana de Belém, do Des. José Maria Teixeira do Rosário, do Des. Luiz Carlos Figueiredo, Coordenador da Infância e Juventude de Pernambuco, do Diretor do Fórum Cível da Capital, Juiz José Antônio Ferreira Cavalcante e da Prof. Heloísa Mota, Secretária-Geral da ESM/TJPA.



Des. Luiz Carlos Figueiredo, proferindo a palestra "Os Novos Procedimentos Jurídicos para a Convivência Familiar e Comunitária trazidos pela Lei 12.010/09 e Instrução Normativa nº 02.210/CNJ

A mesa redonda “Convivência Familiar e Comunitária – Possibilidades e Desafios” em sua primeira parte abordou a temática “A Construção do Plano de Convivência Familiar e Comunitária” e teve como expositora a Ms. Lúcia Garcia, Professora da Unama e representante do GT Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária; a segunda parte – “Programas de Acolhimento: Desafios a serem enfrentados na garantia de direitos de crianças e adolescentes” teve como expositora Valéria Brahim, psicóloga da organização Terra dos Homens e Especialista pela USP. O Seminário ocorreu no auditório Des. Agnano de Moura Monteiro Lopes e teve como público-alvo Juízes de Direito, Defensores Públicos, Promotores de Justiça e Analistas Judiciários atuantes na área da Infância e da Juventude e profissionais do Sistema de Garantia de Direitos.



## Seminário “Encontro de Integração: Conjugação de Esforços no Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres”

O TJPA promoveu, com o apoio da ESM/TJPA, o Encontro de Integração: Conjugação de Esforços no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, no Hangar.

O evento foi organizado pelo Núcleo Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar e coordenado pela desembargadora Maria de Nazaré Saavedra.



## O 3º Simpósio Internacional de Justiça Restaurativa da Região Norte e Nordeste

O 3º Simpósio Internacional de Justiça Restaurativa da Região Norte e Nordeste, ocorrido em Belém, no Hangar, foi organizado pelo Governo do Pará (PROPAZ), TJPA (Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude e Escola Superior da Magistratura); pelo Ministério Público, Defensoria Pública, pela UFPA e UNICEF, através da Organização Não Governamental Terre des Hommes (Tdh).

O evento reuniu aproximadamente de 450 pessoas, visando à troca de experiências e disseminando conhecimentos acerca da Justiça Restaurativa, cuja finalidade é pacificar conflitos e tensões sociais gerados por violências, crimes ou infrações, a partir de uso de procedimentos que estimulam o desenvolvimento da responsabilidade e permitindo a restauração das relações, além de reparar os danos causados, evitando-se, desta forma, a propagação da violência.

A Justiça Restaurativa já é desenvolvida em países como Canadá, Estados Unidos, Nova Zelândia e Brasil.

## 7.3 I Encontro Jurídico



Des. Milton Nobre, procedendo à abertura do evento

O I Encontro Jurídico 2012 da Escola Superior da Magistratura teve como temática “O Magistrado e sua Práxis na Atualidade – tendências atuais nos julgamentos ante os desafios globalizantes do século XXI” e ocorreu em 29 de junho no auditório Des. Agnano Monteiro Lopes. A abertura do evento foi feita pelo Des. Milton Augusto de Brito Nobre, Diretor-Geral Adjunto da Escola, que introduziu a temática tão contemporânea e polêmica.



A função “Judicial do Estado Democrático de Direito” foi a palestra do professor da UFPA Antônio Gomes Moreira Maués.



“A Judicialização das Políticas Públicas” foi o tema abordado pelo Procurador da República, Dr. Rogério Mansur Silva.





“O Ativismo Judicial e Juízes Ativistas” foi a palestra do Prof. Dr. Paulo de Tarso Klautau Filho que encerrou os debates.



## 7.4 II Encontro Jurídico

O II Encontro Jurídico de 2012, ocorrido em 12 de outubro, no auditório do hotel Crowne Plaza, contou com a presença de ilustres autoridades nacionais e internacionais do mundo jurídico e teve o apoio da Academia Paraense de Letras Jurídicas, presidida pelo Prof. Dr. Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho. A temática abordada foi “Reflexão sobre o Direito: das origens ao século XXI”.



A Des. Raimunda do Carmo Gomes Noronha, Presidente do Tribunal de Justiça, fez a abertura oficial do evento, juntamente com o Des. Romulo José Ferreira Nunes e o Des. Milton Augusto de Brito Nobre, Diretor-Geral e Diretor-Geral Adjunto, respectivamente, da Escola Superior da Magistratura/TJPA e os convidados especiais, Ministro do TST Ives Gandra da Silva Martins Filho; do Presidente do TRT Des. José Maria Quadros de Alencar; do Diretor da Faculdade de Direito de Lisboa Eduardo Vera-Cruz Pinto, do Diretor do Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA, Antônio José de Mattos Neto, do Prof. Zeno Veloso e do Presidente da ACP de Letras Jurídicas Clóvis Malcher Filho.



Três foram as conferências proferidas. A primeira com o título de “A Magistratura em Roma e suas Influências em Portugal” teve como conferencista o Dr. Eduardo Augusto A. Vera-Cruz Pinto, Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e debatedores Drs. Zeno Veloso, Professor da Universidade Federal do Pará, e Antônio José de Mattos Neto, Diretor-Geral do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará, mesa esta sob a presidência do Des. Rômulo José Ferreira Nunes, Diretor-Geral da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará .

A segunda com a temática “O Direito Comum da Língua Portuguesa” foi proferida pelo Dr. Dario Manuel Lentz de Moura Vicente, Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa e debatida pelos Professores André Augusto Malcher Meira e Luiz Alberto Gurjão Sampaio C. Rocha, sob a presidência do Professor Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho.



Dr. Eduardo Augusto A. Vera-Cruz Pinto, Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.



Dr. Dario Manuel Lentz de Moura Vicente, Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa



“O Estado Laico e o Judiciário” foi a terceira conferência, proferida pelo Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, do Tribunal Superior do Trabalho, tema debatido pelo Ministro do STJ Carlos Fernando Mathias de Souza e pelo Padre Ronaldo Menezes, membro da Academia Paraense de Letras. A mesa foi presidida pelo Des. Milton Augusto de Brito Nobre, Diretor-Geral Adjunto da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará .

O evento foi encerrado com o lançamento do livro “O Estado Laico & a Liberdade Religiosa”, do Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho e do Des. Milton A. de Brito Nobre.



## 7.5 30 ANOS DA ESM/TJPA

A ESM/PA comemorou seus 30 anos com a presença de ilustres autoridades do mundo jurídico nacional. O evento ocorreu no Plenário Des. Pojucam Tavares, TJPA, a abertura foi feita pela Presidente do Tribunal, Des. Raimunda do Carmo Gomes Noronha e pelo Diretor-Geral da Escola, Des. Rômulo José Ferreira Nunes.



Em seguida houve a outorga da Medalha de Mérito 30 anos da ESM/PA a personalidades do mundo oficial, do Poder Judiciário, Operadores do Direito e integrantes de entidades públicas e privadas, entre os quais se destacam ex- diretores da ESMPA, que, ao longo dessas três décadas, contribuíram para a consolidação e desenvolvimento da instituição. Também foram homenageados com a comenda dirigentes de outras Escolas da Magistratura do país, professores da ESM, autoridades, magistrados e servidores.



A Ministra do STJ Eliana Calmon Alves, Diretora-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, recebendo das mãos da Presidente do TJP, Des. Raimunda Noronha, a Medalha comemorativa aos 30 anos da ESM/PA.



O Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, Gilberto Valente Martins, membro do CNJ, recebendo a medalha comemorativa dos 30 anos da Escola



Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento ao ser agraciada com a Medalha/ESM



Desembargadora Climeniê Pontes, Ex-Presidente do TJPA e Ex-Diretora-Geral da ESM/PA, agradecendo a outorga da medalha em nome dos homenageados



A Ministra do STJ Eliana Calmon Alves, Diretora-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados discursou enfatizando o papel e a importância das Escolas no ensino e capacitação continuada e as metas que propõe a sua administração.

Na mesma ocasião foi realizada a abertura solene do XXX Encontro do COPEDEM por seu presidente Des. Antônio Rulli Júnior; em seguida foi outorgada a Medalha “Franciulle Neto” a autoridades.



Presidente do COPEDEM, Des. Antônio Rulli Júnior, procedendo à abertura oficial do evento.



Presidente do COPEDEM, Des. Antônio Rulli Júnior, outorgando a Medalha "Franciulle Neto" à Presidente do TJPA, Des. Raimunda do Carmo Gomes Noronha



Presidente do COPEDEM, Des. Antônio Rulli Júnior, outorgando a Medalha "Franciulle Neto" ao Des. Romulo Nunes, Diretor-Geral da ESM/TJPA.





O evento foi encerrado com programação artístico-cultural.



Em continuidade à programação dos 30 anos da ESM/TJPA, no Plenário das Câmaras Cíveis Reunidas, na sede do TJPA, iniciaram-se os trabalhos da XXX reunião do COPEDEM, presidida pelo Des. Antônio Rulli Júnior. No primeiro painel, o Conselheiro do CNJ, Juiz do Trabalho, José Lúcio Munhoz discorreu sobre a Resolução 159 do CNJ, ressaltando a importância do documento para se alcançar a autonomia das instituições de ensino da magistratura, uma vez que dispõe sobre as diretrizes administrativas e financeiras voltadas à formação de magistrados e servidores do Poder Judiciário, também afirmou que a sociedade brasileira tem o direito de ter juizes qualificados e atualizados e esta resolução estabelece as condições para que isso ocorra, concluindo: “É preciso rever conceitos a cada momento, repensar procedimentos”.



O segundo painel sob a direção do Des. Marco Villas Boas, Vice-Presidente do COPEDEM e Diretor-Geral da ESM/TO abordou a necessidade de reestruturação do planejamento estratégico das Escolas Judiciais.

O Juiz Ricardo Chimenti, da ENFAM dirigiu o terceiro painel cujo tema foi “A Necessidade de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados”, afirmando que “o encontro realizado em Belém foi essencial para que se consiga implementar as medidas de autonomia, agora explicitadas pela Resolução 159 CNJ, relevante para se dar novo passo que alcance desde

as regras de ingresso na magistratura, sob a supervisão das escolas, até a atualização dos magistrados mais experientes de nossa justiça. A ideia é que por intermédio das Escolas se formem magistrados de que a sociedade atual e a futura necessitam. A elaboração e assinatura da Carta de Belém e Ata antecederam o encerramento do evento.



## CARTA DE BELÉM

O COLÉGIO PERMANENTE DE DIRETORES DE ESCOLAS ESTADUAIS DA MAGISTRATURA, reunido em Belém, Estado do Pará, no período de 20 e 21 de novembro de 2012, com foco em realizar cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu como prática inovadora para o aperfeiçoamento da magistratura brasileira, deliberou;

A qualificação dos magistrados e servidores é dever das escolas judiciais e direito do cidadão;

A formação e especialização continuada de magistrados e servidores depende de rubricas orçamentárias específicas, destinadas às escolas judiciais para desincumbirem-se com qualidade dessa missão institucional;

A formação inicial do magistrado deve contemplar planos ético, sociológico, psicológico, administrativo, dialógico, judicial e pessoal em busca de um conteúdo profissionalizante mais eficaz, que evidencie com maior intensidade os talentos individuais do juiz;

A Resolução 159, do Conselho Nacional de Justiça, constitui significativamente avanço para o desenvolvimento dos programas e ações das Escolas Estaduais da Magistratura.

## 8 DIVULGAÇÃO

Com a implantação da Gráfica Rápida foi possível a divulgação em suporte papel. Foram confeccionados banners, folders e cartazes, inclusive em formato A-3. Esta ação complementou a divulgação eletrônica no site da ESM/TJPA.





O I Curso de Especialização em Direito da Criança e do Adolescente, pioneiro no norte do país, é produto do esforço concentrado da parceria do TJP, ESM, Coordenadoria da Infância e Juventude/CEIJ, do Ministério Público do Estado, da Defensoria Pública do Pará e da UFPA por meio de seu Instituto de Ciências Jurídicas. A Presidente do TJP, Des<sup>ora</sup>. Raimunda Noronha, assinou o Convênio, para a realização do I Curso de Especialização do Direito da Criança e do Adolescente, juntamente com o Sub-Procurador-Geral de Justiça, Dr. Jorge de Mendonça Rocha, representando o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Antônio Eduardo Barleta de Almeida, o Defensor Público Geral, Dr. Luis Carlos de Aguiar Portela, o Diretor-Geral da ESM, Des. Rômulo José Ferreira Nunes e com o Reitor da UFPA Carlos Maneschy (foto abaixo).



A Presidente do TJP, Des<sup>ora</sup>. Raimunda do Carmo Gomes Noronha, celebrou convênio com os diretores da Companhia Vale do Rio Doce, Dr. Marcelo Costa e Araújo e Márcio Augusto Maia Medeiros e com o Reitor da UFPA Carlos Maneschy, para a realização do Curso de Pós-Graduação/Especialização em Direito Agroambiental (foto abaixo).



## 10 Representação da ESM/PA

### Representação ESM no Copedem

COPEDEM	Tema/Assunto	Local	Data
XXVII Encontro de Diretores e Coordenadores Pedagógicos das Escolas de Magistratura	-Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura Brasileira -Reforma do Código Penal Brasileiro -Carta de Brasília	Brasília-DF	19 a 21 de abril
XXVIII Encontro de Diretores e Coordenadores Pedagógicos das Escolas de Magistratura	Criação de Comissões para o Estudo dos eixos- 1- Conhecer, 2-Problematizar 3-Propor soluções 4- O papel do Copedem e da Enfam quanto às Políticas Educacionais para Magistrados e Servidores	Rio de Janeiro- RJ	19 a 22 de julho
XXX Encontro de Diretores e Coordenadores Pedagógicos das Escolas de Magistratura	-Resolução 159 do Conselho Nacional de Justiça -A Necessidade de Reestruturação do Planejamento Estratégico das Escolas Judiciais - A Necessidade de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados -Carta de Belém	Belém-PA	20 e 21 de novembro

### Representação ESM- Conselho Nacional de Justiça

CNJ	Tema/Assunto	Local	Data
IV Fórum de Educação a Distância do Poder Judiciário – CNJ	Educação a Distância e Educação Corporativa no Poder Judiciário	Brasília-DF	23 e 24 outubro

### Representação ESMPA junto à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento

ENFAM	Tema/Assunto	Local	Data
I Curso de Formação de Formadores Capacitação de Docentes	- Fundamentos dos Processos de Ensino e Aprendizagem - Dimensão Curricular de Formação Docente -Cursos a Distância na ENFAM e Compartilhamento nas Escolas - EaD e Efetividade -Tutoria nos Cursos de EaD na ENFAM	Brasília - DF	20 a 24 de agosto
Reunião de trabalho para se tratar do atual momento das Escolas da Magistratura e o papel da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ ENFAM	- Exposição do Novo Portal da ENFAM e Inovações da Resolução nº159/CNJ	Brasília-DF	26 novembro

### Congressos/Seminários/ Encontros

CONGRESSO/ SEMINÁRIO	TEMA/ASSUNTO	LOCAL DATA
I Seminário Sobre o Direito de Integração no Mercosul: Os Desafios Jurídicos e Políticos Institucionais da Construção da Integração Regional	-Direito de Integração no Mercosul: Os desafios Jurídicos e político-institucionais da construção da integração regional -As relações entre as ordens jurídicas interna e internacional: um olhar sobre os aspectos monistas e dualistas do Direito. - A criação de agências de competência supranacional frente as diretrizes principiológicas constitucionais, dos países membros do Mercosul -O Desenho ideal para o Sistema Judicial no Mercosul	Poconé-MT 24 a 26 de maio
Encontro Nacional de Diretores de Escolas de Magistratura " O Papel do Judiciário na Sociedade Contemporânea"	- A Formação Ética do Magistrado - O Ativismo Judicial e suas Consequências -O Papel das Escolas da Magistratura na Formação dos Magistrados - O Papel do Judiciário na Sociedade Contemporânea	Recife-PE 05 e 06 de agosto
IV Encontro Nacional de Escolas de Servidores de Pessoas do Poder Judiciário	- Gestão com Pessoas : Um Desafio Possível -O Impacto Ambiental da Cultura de Representação -A Metodologia da Problemática - O EaD na Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário	Rio de Janeiro- RJ 12 a 14 de setembro
Programa de Valorização. Juiz Valorizado, Justiça completa!	-Mecanismos de suporte e apoio ao trabalho judicial. Produtividade e qualidade da Jurisdição: Métodos de avaliação e reconhecimento institucional do trabalho judicial. - Formação ética e teórica-prática do Magistrado e os fins da justiça. Papel das Escolas de Magistratura.	Manaus 08 de outubro



O Departamento de Ensino e Pesquisa procedeu à avaliação de impacto em relação aos cursos ofertados pela Escola, no decorrer do ano de 2012. Dentre os cursos avaliados estão os seguintes. Curso intensivo de Preparação ao Concurso para a Carreira da Magistratura, II Curso de Especialização em Direito Processual Individual e Coletivo, Curso de Especialização em Direito Agroambiental e Minerário, Curso de Aperfeiçoamento em Dosimetria da Pena, Curso de Aperfeiçoamento em Direito Civil Constitucional: repensando as relações privadas a partir dos direitos fundamentais, Curso de Aperfeiçoamento em Direito Tributário: atualidades e Curso de Capacitação em Conciliação nos Juizados Especiais.

Registre-se que as avaliações são aplicadas a cada uma das disciplinas componentes dos cursos.

Essa avaliação consistiu em quatro espécies: avaliação do professor pelo cursista; avaliação do curso pelo cursista; avaliação do curso pelo professor; avaliação do cursista pela Escola por intermédio do professor.

Com efeito, a primeira dessas espécies se destinou a que o cursista avaliasse o professor quanto ao domínio dos conteúdos abordados; à sua capacidade de comunicação para apresentar os conteúdos, e estabelecer relação entre a teoria e o exercício profissional; à utilização do material didático de apoio; à otimização do tempo de aula na transmissão do conteúdo; ao estímulo ao aprendizado e incentivo às atividades; à disposição para esclarecer as dúvidas sobre os assuntos explanados e à didática.

Na segunda espécie, demandou-se que o cursista avaliasse o curso levando em conta se os temas desenvolvidos se apresentaram

condizentes com os objetivos do curso, a adequação da carga horária para o desenvolvimento dos conteúdos, a adequação do material didático, a integração dos participantes e a adequação do apoio técnico por parte da Escola.

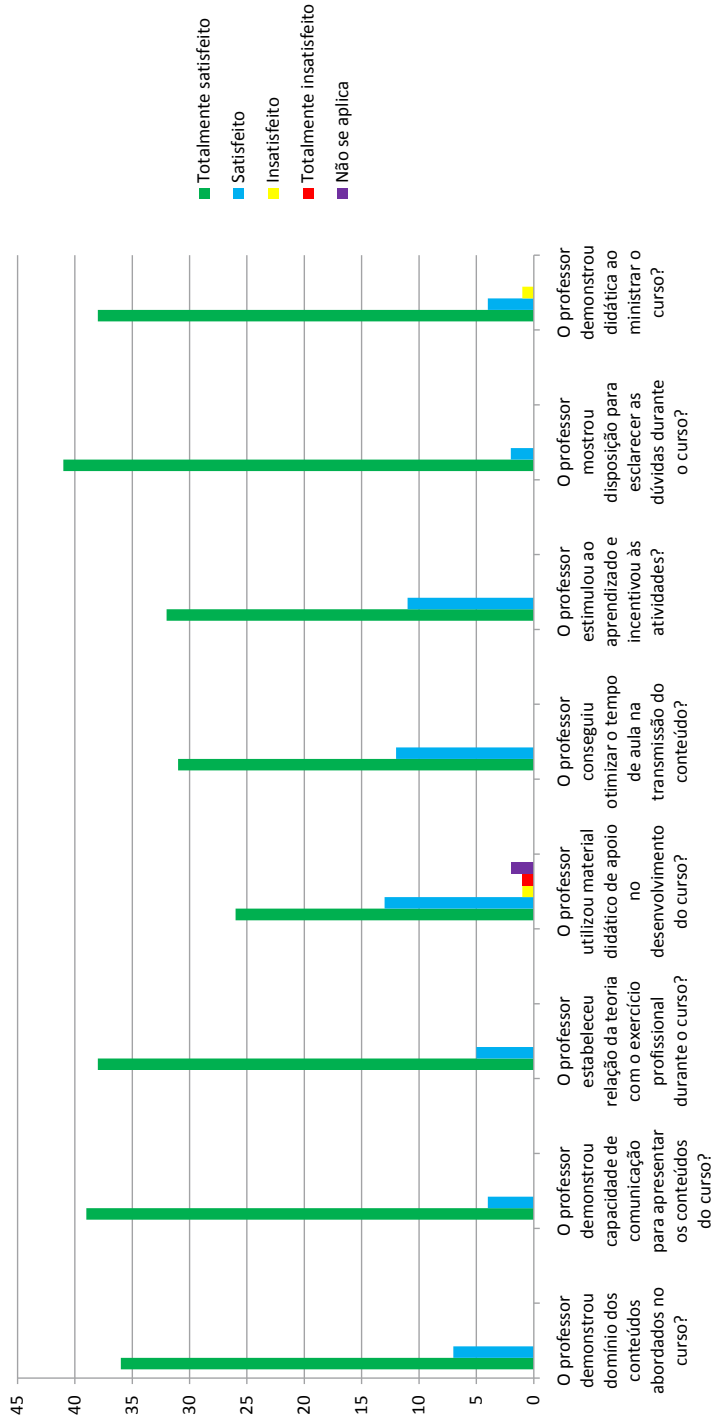
No que concerne à terceira espécie, o professor avaliou o curso acerca da compatibilidade da carga horária para o desenvolvimento dos conteúdos, da adequação do apoio técnico fornecido pela Escola para realização do curso e da adequação do ambiente físico (limpeza, iluminação etc.)

Finalmente, a quarta espécie permitiu à Escola, por intermédio do professor, avaliar o cursista no tocante a sua assiduidade, integração com os demais participantes, pontualidade, interesse pelo conteúdo desenvolvido em sala de aula, postura adequada e participação tanto em atividades presenciais como em atividades extraclasse.

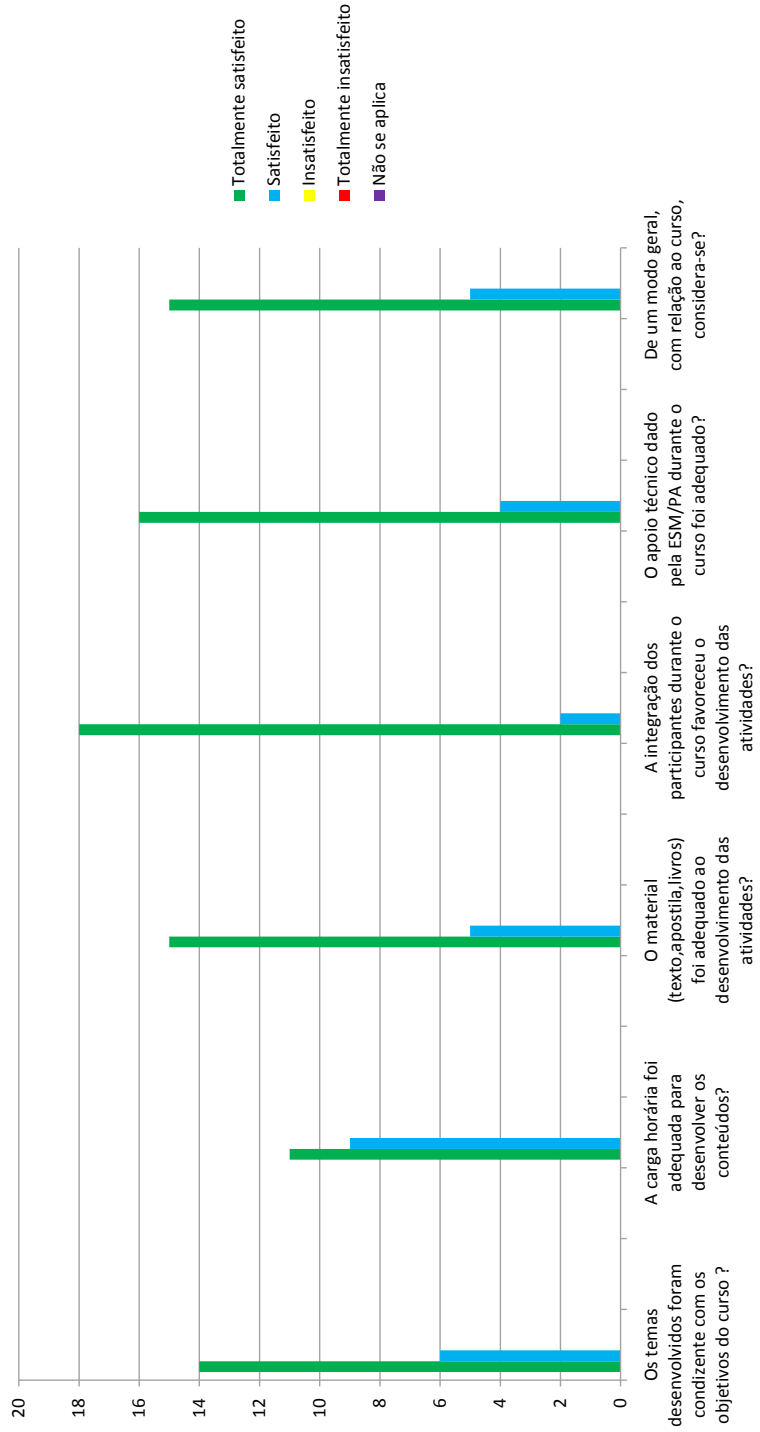
Em síntese, com base nos dados obtidos, colheu-se que o resultado foi positivo em todas essas avaliações.

De outra monta, à guisa de demonstração exemplificativa, eis alguns gráficos relacionados a cada uma das espécies de avaliação.

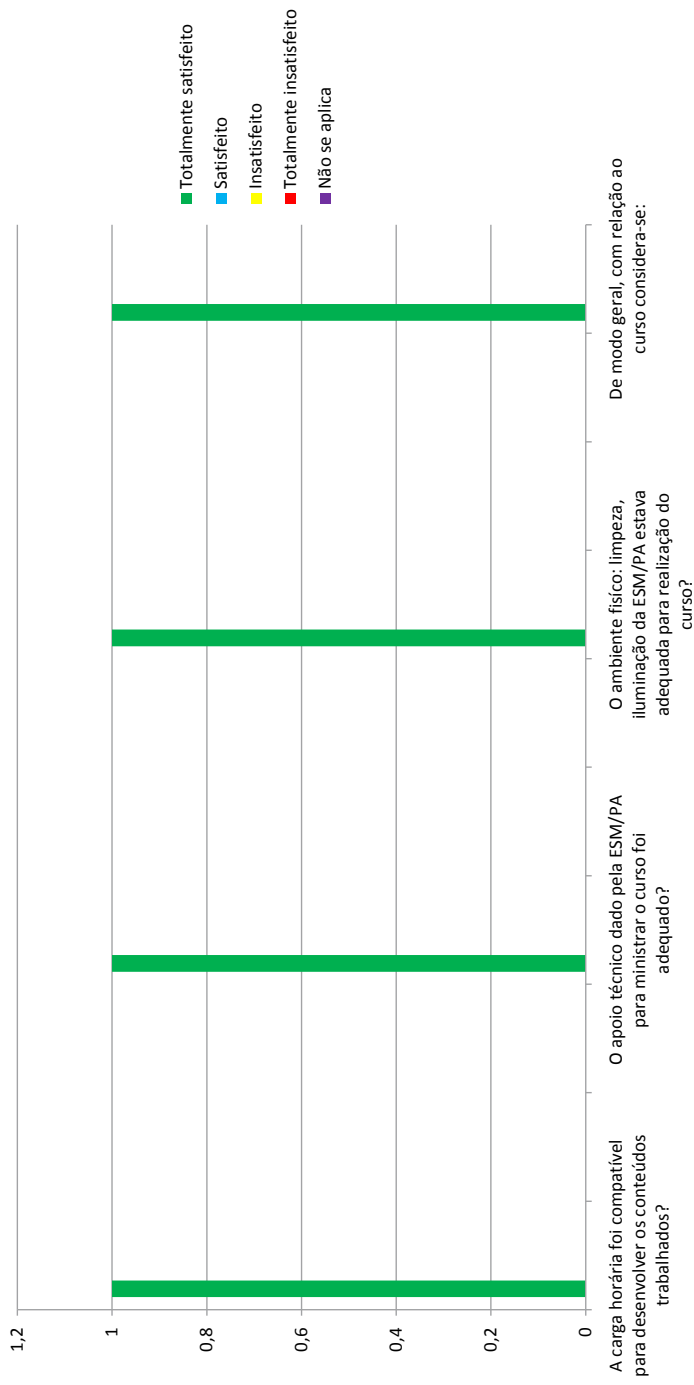
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PARÁ  
 DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA  
 CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM DOSIMETRIA DA PENA  
 PROFESSOR: EULER PAULO DE MOURA JANSEN  
 AVALIAÇÃO DO PROFESSOR PELO CURSISTA



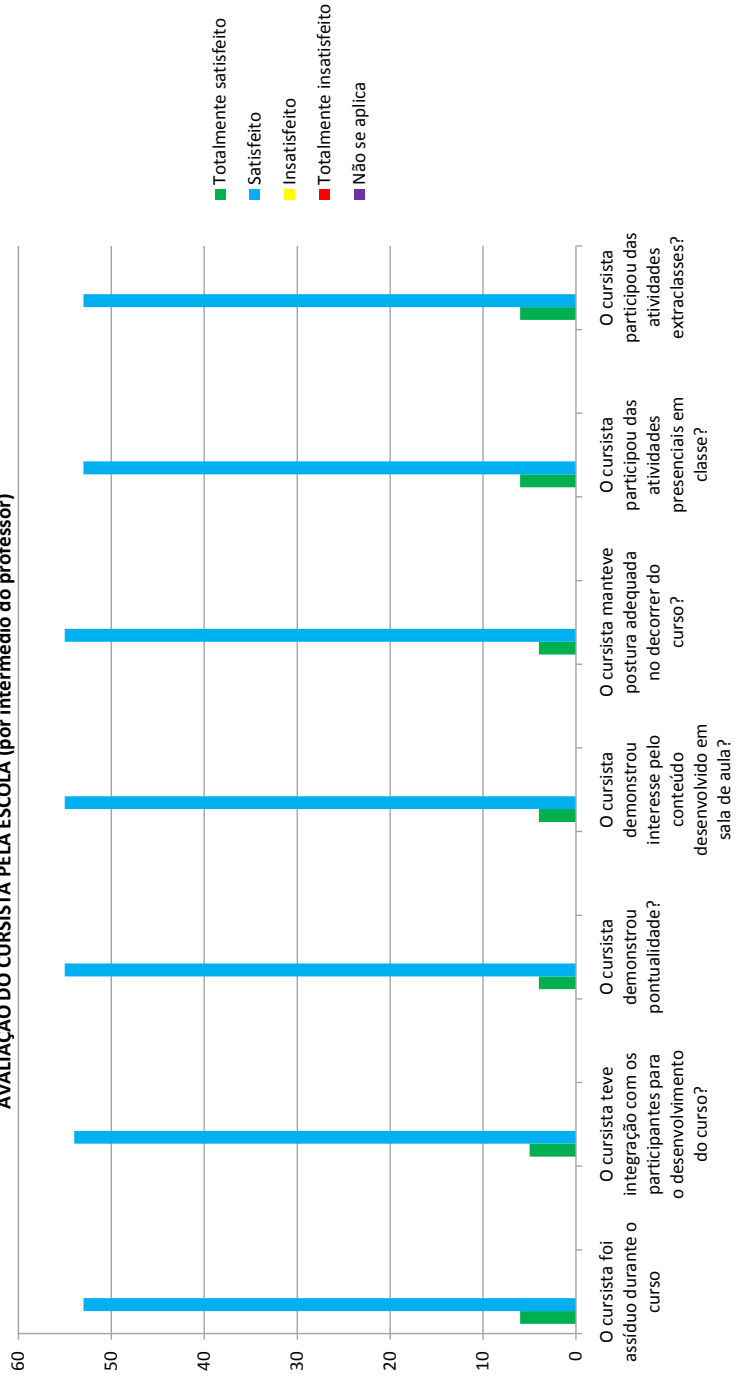
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PARÁ  
 DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA  
 CURSO DE CAPACITAÇÃO EM CONCILIAÇÃO NOS JUÍZADOS ESPECIAIS (II TURMA)  
 AVALIAÇÃO DO CURSO PELO CURSISTA



ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PARÁ  
 DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA  
 CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO AGROAMBIENTAL E MINERÁRIO  
 PROFESSOR: LUIZ OTÁVIO CORRÊA PEREIRA  
 DISCIPLINA: TEORIA DA JUSTIÇA AMBIENTAL  
 AVALIAÇÃO DO CURSO PELO PROFESSOR



ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PARÁ  
 DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA  
 CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL INDIVIDUAL E COLETIVO  
 PROFESSOR: JEAN CARLOS DIAS  
 DISCIPLINA: PROCESSO E DIREITOS FUNDAMENTAIS  
 AVALIAÇÃO DO CURSISTA PELA ESCOLA (por intermédio do professor)



O mérito da democratização é sentido no seio dos diversos tipos de organização que acompanham as mudanças de paradigmas advindas das relações sociais.

Na busca por melhores práticas, as instituições públicas apontam para novas relações de trabalho com investimentos em capital humano que asseguram organizações bem-sucedidas.

A ESM/PA desenvolveu suas atividades em 2012 diante do desafio de alavancar resultados que superem ideais subjetivos e interesses pessoais, comprometendo-se com a coletividade jurídica, na busca de melhor **servir ao público** na qualidade de verdadeiros **servidores públicos**.

### **Conselho Superior da Escola**

Des<sup>ora</sup> Raimunda do Carmo Gomes Noronha

Des<sup>or</sup> Rômulo José Ferreira Nunes

Des<sup>or</sup> Milton Augusto de Brito Nobre

Des<sup>or</sup> Leonardo de Noronha Tavares

Des<sup>or</sup> José Maria Teixeira do Rosário

### **Presidência**

Des<sup>ora</sup> Raimunda do Carmo Gomes Noronha

### **Diretoria-Geral**

Des<sup>or</sup> Rômulo José Ferreira Nunes

### **Diretoria-Geral Adjunta**

Des<sup>or</sup> Milton Augusto de Brito Nobre

### **Secretaria-Geral**

Heloisa da Silva Mota Pereira

### **Conselho Editorial**

Des<sup>or</sup> Rômulo José Ferreira Nunes

Des<sup>or</sup> Milton Augusto de Brito Nobre

Des<sup>ora</sup> Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos

Jean Carlos Dias

Jorge Alex Athias

Reynaldo Andrade da Silveira

Zeno Augusto de Bastos Veloso

### **Sub-Coordenadoria**

Denise C. Silveira Gomes

### **Secretaria Executiva**

Rosângela Montalvão Santos

### **Diretoria de Dep. de Ensino e Pesquisa**

Raimundo Wilson Gama Raiol

### **Assessores Técnicos**

Iracema Peixoto

### **Divisão Pedagógica**

Maria do Socorro Gonçalves Costa

### **Divisão de Editoração e Publicação**

Laís Izabel Peres Zumero

Ruth Parente

### **Divisão de Ensino e Pesquisa**

Raimundo Nonato Magalhães

### **Diretoria de Dep. Acadêmico**

Antônio Mauro Santana de Souza

Suely Cristina Caminha y Rodrigues

### **Divisão de Cursos e Programação**

Gina Soares

Edmundo Rodrigues Cal

Raimundo Barbosa

### **Divisão de Registro e Controle**

Suelen Fátima Biffi Scarparo

### **Divisão de Biblioteca e Videoteca**

Maria da Conceição Ruffeil Moreira

Leonor Gomes Gaia Ferreira

Francisca Maria dos Prazeres Bezerra

### **Diretoria de Dep. Administrativo/Financeiro**

Rosinéli Guerreiro Salame

### **Assessores Técnicos**

Márcia Valéria Leite Mendes, Léa Ramos da Silva

### **Divisão de Infraestrutura**

Regiane Gama Malcher

Delmira Maria Pereira de Souza

Cauby Ronaldo Mesquita

Eguiberto Alves Lima

### **Divisão de Informática**

Nuno Maria Cabral de Abreu Vouzella

### **Divisão de Recursos Financeiros**

Mariza Suely Palheta Amoedo

Michelle Ribeiro Correa

Carlos André Abud Saliba

